



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

LISTA DE VERIFICAÇÃO – PREGÃO
(Instrução processual - fase de habilitação)

FORNECEDOR:	Ross Tech Informática Eireli
CNPJ:	20.645.805/0001-85
CONTATO (telefone e e-mail):	(61) 3541-0644
ITENS:	4 e 5

	SIM	NÃO	NA
1. Extrato de declarações do COMPRASNET	X		
a) Impugnações avisos e pedidos de esclarecimento			X
2. Habilitação jurídica			
a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário	X		
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores		X	
c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício		X	
d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir		X	
d.1) verificar condição do edital referente a outros documentos exigidos para o exercício da atividade licitada (ex.: alvará sanitário, licença ambiental etc) – especificar (incluir uma nova linha para cada exigência)			X
d.2) Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA			X
3. Regularidade fiscal			
a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	X		
b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)	X		
c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014	X		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	SIM	NÃO	NA
d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente			X
e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente	Isento		
4. Regularidade trabalhista			
a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	X		
5. Qualificação econômico-financeira			
a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante	X		
b) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, nos termos do disposto no art. 1078 do Código Civil (conforme Acórdão TCU 1.999/2014)			X
b.1) demonstrativos contábeis eventualmente exigidos – especificar (incluir uma nova linha para cada exigência)			X
6. Qualificação técnica			
a) Um ou mais atestado de capacidade técnica-operacional em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual conste a elaboração de serviços compatíveis com as parcelas mais relevantes do objeto da licitação, observadas as quantidades mínimas exigidas no edital			X
b) Outros documentos – especificar (incluir uma nova linha para cada exigência)			X
7. Consulta restrições (empresa e sócios majoritários)			
a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php	X		
b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc	X		
c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93	X		
d) Relatório de Ocorrência Fornecedor	X		



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 20.645.805/0001-08 DUNS®: 943438914
Razão Social: ROSS TECH - INFORMATICA EIRELI
Nome Fantasia: ROSS TECH - INFORMATICA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 29/08/2022
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)
MEI: Não
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	22/11/2021
FGTS	Validade:	25/09/2021
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	11/03/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	09/12/2021
Receita Municipal (Isento)		

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2022

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 10/09/2021, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ROSS TECH - INFORMATICA EIRELI

20.645.805/0001-08

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 10/09/2021

Selo digital de segurança: **2021.CTD.OK3V.AYOH.ZZT6.1E85.5HMU**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (24/09/2021 às 08:27) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 036.031.821-54.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 614D.B620.7D43.C848 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (24/09/2021 às 08:21) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 20.645.805/0001-08.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 614D.B4CA.0857.0506 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:**CPF / CNPJ:** 03603182154**LIMPAR****Data da consulta:** 23/09/2021 10:20:36**Data da última atualização:** 22/09/2021 18:00:08

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

FILTROS APLICADOS:**CPF / CNPJ:** 20645805000108**LIMPAR****Data da consulta:** 23/09/2021 10:20:36**Data da última atualização:** 22/09/2021 18:00:08

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível I - Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 20.645.805/0001-08 DUNS®: 943438914
Razão Social: ROSS TECH - INFORMATICA EIRELI
Nome Fantasia: ROSS TECH - INFORMATICA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 29/08/2022

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Empresa de Pequeno Porte
Inscrição Estadual: 0768836400155 Inscrição Municipal: Não Possui
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)
Capital Social: R\$ 150.000,00 Data de Abertura da Empresa: 14/07/2014
CNAE Primário: 4651-6/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
CNAE Secundário 1: 4652-4/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE COMPONENTES
CNAE Secundário 2: 6203-1/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS
CNAE Secundário 3: 6209-1/00 - SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS

Dados para Contato

CEP: 70.711-905
Endereço: SETOR SCN QUADRA 01 BLOCO F SALA 501, 79 - ASA NORTE
Município / UF: BRASÍLIA / Distrito Federal
Telefone: (61) 35410644
E-mail: ATENDIMENTO@ROSS-TECH.COM.BR

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 036.031.821-54
Nome: MURILO ROSSETTO
Carteira de Identidade: 2485039 Órgão Expedidor: SSP DF
Data de Expedição: 13/12/2002 Data de Nascimento: 14/08/1990
E-mail: atendimento@ross-tech.com.br

Relatório Nível I - Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 036.031.821-54 Participação Societária: 100,00%
Nome: MURILO ROSSETTO
Carteira de Identidade: 2485039 Órgão Expedidor: SSP / DF
Data de Expedição: 20/07/2011 Data de Nascimento: 14/08/1990
Filiação Materna: BEATRIZ BELLO ROSSETTO
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 71.680-220
Endereço: QUADRA SETOR DE MANSOES DOM BOSCO CONJUNTO 2, LOTE 2 -
Município / UF: BRASÍLIA / Distrito Federal
Telefone: (61) 98183179 Telefone: (61) 30381112
E-mail: atendimento@ross-tech.com.br

Dirigentes

Dados do Dirigente 1

CPF: 036.031.821-54
Nome: MURILO ROSSETTO
Carteira de Identidade: 2485039 Órgão Expedidor: SSP / DF
Data de Expedição: 20/07/2011 Data de Nascimento: 14/08/1990
Filiação Materna: BEATRIZ BELLO ROSSETTO
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 71.680-220
Endereço: QUADRA SETOR DE MANSOES DOM BOSCO CONJUNTO 2, LOTE 2 -
Município / UF: BRASÍLIA / Distrito Federal
Telefone: (61) 98183179 Telefone: (61) 30381112
E-mail: atendimento@ross-tech.com.br

Linhas Fornecimento

Materiais

7042 - DISPOSITIVOS PARA CONTROLE DE MINI E MICROCOMPUTADORES

7435 - EQUIPAMENTOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES PARA ESCRITÓRIO

Serviços

21148 - Consultoria e Assessoria - Tecnologia Informação

24970 - Serviços de Tecnologia da Informação e Apoio Técnico de Atividades de Informática



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 20.645.805/0001-08 DUNS®: 943438914
Razão Social: ROSS TECH - INFORMATICA EIRELI
Nome Fantasia: ROSS TECH - INFORMATICA
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato
UASG Sancionadora: 926415 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PARANA
Data Aplicação: 12/01/2018 Valor da Multa: R\$ 1.655,70
Número do Processo: 20516-72.2017
Descrição/Justificativa: Protocolo nº 20516-72.2017. Pregão Eletrônico nº 79/2016. Multa (R\$1.655,70). Motivo da aplicação: não encaminhamento, pela empresa LICITANTE, dos documentos originais ou cópias autenticadas atinentes às especificações técnicas, central de atendimento, e atestado de capacidade técnica exigidas no edital licitatório. DJe 2174 de 19/12/17. Atos da Presidência - P. 7. AR recebido em 27/12/17.
Arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e artigos 150, 152, 154 e 160 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência:	Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III		
Motivo:	Inexecução total ou parcial do contrato		
UASG Sancionadora:	926415 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PARANA		
Âmbito da Sanção:	Órgão Sancionador		
Prazo:	Determinado		
Prazo Inicial:	12/01/2018	Prazo Final:	12/02/2018
Número do Processo:	20516-72.2017		
Descrição/Justificativa:	Protocolo nº 20516-72.2017. Pregão Eletrônico nº 79/2016. Suspensão por 01 mês. Motivo da aplicação: não encaminhamento, pela empresa LICITANTE, dos documentos originais ou cópias autenticadas atinentes às especificações técnicas, central de atendimento, e atestado de capacidade técnica exigidas no edital licitatório. DJe 2174 de 19/12/17. Atos da Presidência - P. 7. AR recebido em 27/12/17. Arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e artigos 150, 152, 154 e 160 da Lei Estadual nº 15.608/2007.		